



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Pró-Reitoria de Pós-Graduação**  
**Coordenadoria de Educação Continuada**

**DISCIPLINA:** Estratégias de Enfrentamento ao Crime Organizado

**Polo:** Florianópolis

**Ementa:** Principais estratégias legais, operacionais e investigativas utilizadas para o combate às organizações criminosas; Cooperação interinstitucional; Uso de inteligência policial; Legislação específica; Desafios na aplicação da justiça contra organizações criminosas violentas.

**Objetivo:** Capacitar os participantes para identificar, analisar e aplicar estratégias eficazes de enfrentamento ao crime organizado, considerando aspectos legais, operacionais e institucionais, promovendo uma atuação integrada entre os diversos atores do sistema de justiça criminal.

**Carga horária:** 30h

**nº de créditos:** 2

**Bibliografia básica:**

MORAES, Alexandre de. Constituição e Criminalidade Organizada. São Paulo: Atlas, 2010.

BOTELHO, Adriano. Crime Organizado no Brasil: Uma Perspectiva Analítica e a Proposta de Enfrentamento pelo Estado Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogério. Organizações Criminosas: Aspectos Penais e Processuais Penais da Lei 12.850/2013. Rio de Janeiro: Impetus, 2019.

FELTRAN, Gabriel. Irmãos: Uma História do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOPES, José de Faria Costa. Criminalidade Organizada e Segurança Pública: Aspectos Jurídicos e Operacionais. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MANSO, Bruno Paes e DIAS, Camila Nunes. A Guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

**Nome do docente que irá ministrar a disciplina:** Gustavo madeira da Silveira; Alexandre Augusto Biz



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Pró-Reitoria de Pós-Graduação**  
**Coordenadoria de Educação Continuada**

**DISCIPLINA:** investigação financeira, patrimonial e recuperação de ativos

**Polo:** Florianópolis

**Ementa:** Investigação Patrimonial; Rede Recupera; Fases de investigação patrimonial; Patrimônio declarado; Fontes de dados patrimoniais; Patrimônio real; Declarações fiscais; Variação de bens; Variação de dívidas; Variação de bens livre de dívidas; Receitas; Despesas; Sobra financeira; Variação patrimonial a coberto e a descoberto.

**Objetivo:** Estabelecer condições para que o discente possa ampliar conhecimentos para: Compreender as fases de investigação fiscal e patrimonial para fins de recuperação de ativos; Identificar as principais fontes de dados fiscais e patrimoniais fins de recuperação de ativos; Identificar o patrimônio real e a variação patrimonial a descoberto.

**Carga horária:** 30h

**nº de créditos:** 2

**Bibliografia básica:**

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Instrução Normativa nº 1.924, de 19 de fevereiro de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Instrução Normativa nº 1.571, de 02 de julho de 2015. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Instrução Normativa nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Instrução Normativa nº 1.761, de 21 de novembro de 2017. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Instrução Normativa nº 1.757, de 10 de novembro de 2017. Brasília, 2017.

DIAS, Augusto Silva - Criminalidade Organizada e Combate ao Lucro Ilícito. In DIAS, Augusto Silva de; MENDES, Paulo de Sousa; PALMA, Maria Fernanda - 2º Congresso de Investigação Criminal.

COORDENAÇÃO Científica. Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal de Polícia Judiciária, Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Coimbra: Almedina, 2010. pp.



**Universidade Federal de Santa Catarina  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação  
Coordenadoria de Educação Continuada**

23-47.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SAADI, Ricardo Andrade. MACHADO, Digo de Oliveira. Recuperação de Ativos Desviados Por Corrupção: Soluções Inovadoras para lidar com a Criminalidade Econômica. Revista de Doutrina e Jurisprudência -TJDF: RDJ, Brasília. v. 107, n. 1, p. 32-51, jul./dez. 2015.

SIMÕES, Euclides Damaso e TRINDADE, José Luis. Recuperação de Activos: da Perda Ampliada à Actio In Rem. Julgar on line, 2009. Disponível em: <https://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/Recuperaçãodeactivosdaperdaampliadaàactioinrem.pdf> . Acesso em 18 de set. de 2024.

SOLORZANO, Oscar e CHENG, Dennis. A capacidade institucional e legislativa do Brasil para recuperar ativos ilícitos: um diagnóstico de acordo com 9 princípios-chave da recuperação de ativos. Basel Institute on Governance, 2022. Disponível em: [https://baselgovernance.org/sites/default/files/2022-10/220728\\_Diagnostico\\_Brazil\\_PT.pdf](https://baselgovernance.org/sites/default/files/2022-10/220728_Diagnostico_Brazil_PT.pdf) . Acesso em 18 de set. de 2024.

**Nome do docente que irá ministrar a disciplina:** Rodrigo Raiser Schneider; Rafael Sales Lisboa de Oliveira.